

O presente trabalho tem por objetivo examinar a natureza e extensão da responsabilidade civil dos profissionais liberais, à luz da doutrina e, especialmente da jurisprudência brasileira, no tocante à disciplina legal aplicável e os requisitos para sua imputação. A partir da definição do conceito jurídico de consumidor, faremos um estudo gradual, iniciando pelos direitos garantidos constitucionalmente a este, passando por sua vulnerabilidade frente aos profissionais liberais, destacando ainda sua hipossuficiência e desenvolvendo formas de equalização da relação entre o profissional liberal e o consumidor.

Para tanto, examinam-se as obrigações do profissional liberal na prestação de serviços, e as controvérsias sobre as sua responsabilidade À luz dos deveres identificados pela lei e pela doutrina, especialmente o dever de segurança e o dever de informação. Para desenvolvimento do trabalho, utiliza-se pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

Verifica-se atualmente dissociação na doutrina e na jurisprudência quanto ao regime aplicável a certas categorias de profissionais liberais, assim como quanto à exigência do defeito como requisito da imputação da responsabilidade por fato do serviço.

O trabalho de pesquisa ainda não se encontra concluído. Contudo, como conclusão preliminar pode-se verificar uma dissonância entre o disposto na lei, o defendido pela doutrina, a situação presente da jurisprudência quanto ao regime aplicável, se Código Civil ou Código de Defesa do Consumidor, quanto ao exame acerca do cumprimento dos deveres pelo profissional liberal.